



Brasília-DF, 04 de setembro de 2025

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
CNTI

1º ENCONTRO ONLINE DA JUVENTUDE INDUSTRIÁRIA
22 de setembro de 2025
às 10h

FIM DA ESCALA
6x1

A importância da participação da juventude na atual conjuntura

JOVEM NÃO FIQUE DE FORA.
FAÇA JÁ SUA INSCRIÇÃO!

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI

armada, Dano qualificado e também Deterioração do patrimônio tombado.

No campo trabalhista, ele também cometeu barbaridades, como congelar o salário mínimo, extinguir o Ministério do Trabalho e violentar direitos previdenciários.

Clemente Ganz Lúcio, coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, afirma: "O governo Bolsonaro aprofundou o desmonte de direitos iniciado com a reforma trabalhista de Temer. Ele acelerou a desregulamentação da terceirização, promoveu ataques constantes ao sindicalismo e desvalorizou as negociações coletivas".

Entre as medidas que afrontaram a classe trabalhadora no governo Bolsonaro, Clemente cita o fim da política de valorização do salário mínimo, a Reforma da Previdência, o fechamento de espaços de participação social (como o Conselho), os ataques ao Fundo de Amparo ao Trabalhador e ao FGTS e a não continuidade da política de investimentos do BNDES.

Também houve tentativas que não se concretizaram, como a Reforma Administrativa e a Carteira Verde e Amarela. "São ações que só não foram adiante porque foram barradas pelo Congresso, que à época estava preocupado em oferecer respostas à pandemia de Covid-19", analisa o coordenador do Fórum das Centrais.

Ministério – Bolsonaro extinguiu o Ministério do Trabalho no primeiro dia de seu governo. Sem o Ministério, perdeu-se também a mediação entre empresas e fiscais para monitorar a segurança e os acidentes de trabalho.

Alimentos – O governo Bolsonaro também fez o desmonte de vários órgãos importantes. É o caso da Conab – Companhia Brasileira de Abastecimento. Com armazéns por todo o País, a Conab regulava estoques, impedindo a explosão nos preços dos alimentos. De uma tacada só, Bolsonaro fechou 27 armazéns. Sem estoques, os preços subiram e só agora, na segunda metade do governo Lula, estão baixando.

Benefícios – Jair Bolsonaro também cortou programas sociais, excluindo da cobertura milhares de brasileiros mais pobres. Na saúde, fez um governo desastroso, e o fato mais dramático foi sua oposição ao isolamento social e à vacina contra a Covid-19. Por causa disso, o Brasil teve altos índices de mortalidade (proporcionalmente à população).

Mais – Sites das Centrais Sindicais e Supremo Tribunal Federal.

Fonte: Agência Sindical

Bolsonaro cometeu crimes contra trabalhadores

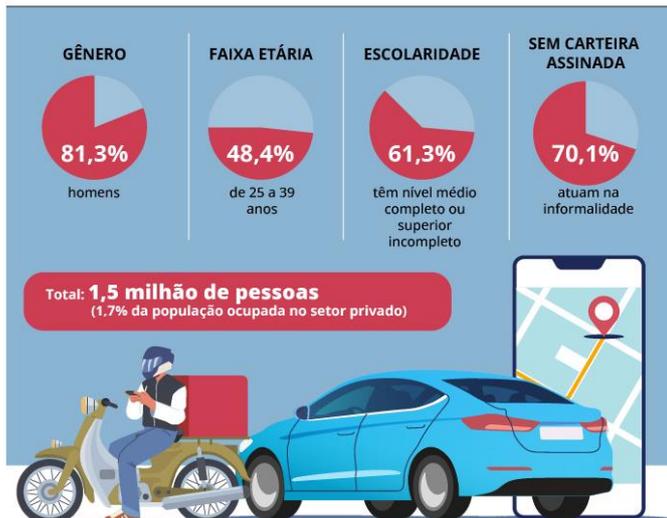


O ex-Presidente Jair Bolsonaro responde no Supremo Tribunal Federal por Tentativa de golpe de Estado, Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, Participação em organização criminosa

TST defende regulamentação de motoristas de aplicativos

Assunto foi discutido em comissão especial da Câmara dos Deputados nesta terça

TRABALHADORES POR APLICATIVO NO BRASIL EM 2022



PLATAFORMA DIGITAL UTILIZADA*



13,9% aplicativo de táxi e cooperativas



47,2% aplicativo de transporte particular de passageiros (exceto táxi)



39,5% aplicativo de entrega de comida e produtos



13,2% aplicativo de prestação de serviços gerais ou profissionais

*Cada trabalhador pode utilizar mais de uma plataforma

Fonte: IBGE, Unicamp e Ministério Público do Trabalho

Arte: Agência Câmara

29/05/2025

No Brasil, cerca de 1,5 milhão de pessoas trabalham em serviços de transporte e entrega por aplicativo, segundo o Ministério do Trabalho. Esses profissionais enfrentam longas jornadas, falta de proteção social e insegurança em relação a direitos básicos, como aposentadoria e seguro em caso de acidentes.

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (2), o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Aloísio Corrêa da Veiga, lembrou que os acidentes têm aumentado. Com isso, muitos trabalhadores ficam inválidos, sem previdência, sem seguro e muitas vezes responsáveis pelo sustento da família.

A audiência foi promovida pela comissão especial que analisa a regulamentação do trabalho por aplicativo.

Conheça a proposta

O [projeto de Lei Complementar \(PLP\) 152/25](#), de autoria do deputado Luiz Gastão (PSD-CE), cria um

novo marco legal para os serviços de transporte individual de passageiros e de entrega operados por plataformas digitais, como Uber, 99 e InDrive.

A proposta define regras para o funcionamento dessas atividades no País, estabelecendo direitos e deveres para empresas, usuários e trabalhadores.

A comissão

O colegiado foi instalado no mês passado e tem como relator o deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE).

Fonte: Agência Câmara

Debate na CCJ: maioria apoia redução da jornada para 36 horas

Waldemir Barreto/Agência Senado



Senador Rogério (terceiro da esq. para dir.) coordenou a audiência

A redução da jornada semanal para 36 horas foi defendida nesta terça-feira (2) em audiência pública sobre o tema. Para a maioria dos debatedores, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 148/2015 contribui para o equilíbrio das relações de trabalho e para a saúde e a dignidade dos trabalhadores. O debate foi realizado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), autor da PEC. O texto conta com relatório favorável do senador Rogério Carvalho (PT-SE), que presidiu o debate.

A PEC 148/2015 reduz o limite semanal de 44 para 36 horas, sem alteração no teto de oito horas diárias, e prevê a implantação gradual dessa mudança. A transição ocorreria de forma escalonada: a jornada seria limitada a 40 horas na primeira etapa, com queda de uma hora por ano até alcançar 36 horas semanais.

“Política humanitária”

Na avaliação de Paim, a redução da jornada está ligada a uma “política humanitária de humanizar o



Brasília-DF, 04 de setembro de 2025

mundo do trabalho, tanto para os empregadores quanto para os trabalhadores”.

— Alguém tem dúvida que a inteligência artificial vai atropelar o mundo do trabalho? Todos estão sabendo para onde o mundo está indo, é irreversível, é como se fosse uma nova revolução industrial. O que eles querem é acabar com a CLT, é um fato real, é tirar o direito dos trabalhadores. E aí vem a tal da pejotização. Até no supermercado já tem PJ carregando caixa — afirmou Paim.

O senador Rogério ressaltou que, a despeito das médias apontadas, determinados segmentos profissionais trabalham mais.

— Geralmente são os trabalhadores que mais disponibilizam a sua força de trabalho, os que estão submetidos a trabalhos mais pesados, mais extenuantes, que moram mais distante e dependem do transporte público. Portanto, é uma questão de humanidade, respeito à vida e à cidadania pensar na redução do trabalho para os trabalhadores brasileiros — afirmou.

39 horas

Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Alexandre Sampaio Ferraz disse que em poucos países do mundo se trabalha tanto quanto no Brasil. O brasileiro trabalha em média 39 horas por semana, mais do que os norte-americanos, coreanos, portugueses, argentinos, espanhóis, italianos, franceses, e muito mais que os alemães, que estão entre os trabalhadores mais produtivos do mundo hoje em dia.

— Os alemães trabalham apenas 33 horas semanais. Por outro lado, temos um dos menores custos do trabalho no mundo. Ou seja, não é um problema a gente subir um pouco o custo do trabalho. E [temos] uma das legislações mais favoráveis ao empregador, quando da demissão individual ou coletiva, menos restrita para que se possa fazer essas demissões sem justa causa — afirmou Ferraz.

No Brasil, de acordo com o Dieese, 43% da mão de obra do setor privado é informal, “completamente desamparada e sem nenhum dos direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou no artigo 7º da Constituição”.

— E ainda convivemos com trabalho análogo a escravidão no campo e nas cidades. Hoje são mais de 700 empregadores na lista suja do trabalho escravo, várias construtoras, empresas do comércio e indústria, tendo sido resgatados mais de 66 mil trabalhadores desde 1995, com a criação da força-tarefa de fiscalização — afirmou Ferraz.

De acordo com dados de 2022 citados por Ferraz, foram 41 horas e 20 minutos trabalhados em média por semana, sendo que 67% dos trabalhadores formais têm jornada superior a 40 horas, limitando tempo para a vida social, família, lazer, qualificação, e aumentando riscos de acidentes de trabalho e doenças ligadas ao excesso de trabalho.

— Não é à toa que muitos hoje dizem preferir trabalhar à margem da CLT — afirmou.

Matéria completa:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/09/02/debate-na-ccj-maioria-apoia-reducao-da-jornada-para-36-horas>

Fonte: Agência Senado

Gestantes, lactantes e puérperas terão tramitação preferencial na Justiça do Trabalho

O normativo, aprovado na última sexta-feira (29), em sessão do CSJT, vale para a Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus de todo o país.



O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) aprovou, na última sexta-feira (29), a edição de resolução que estabelece tramitação preferencial para processos judiciais que envolvam gestantes, lactantes e puérperas. O normativo foi aprovado durante a 6ª sessão do órgão.

A medida, que vale para a Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus de todo o país, busca garantir acesso à Justiça e prestação jurisdicional em prazo razoável, diante das vulnerabilidades sociais enfrentadas por esse grupo. Com a norma, caberá ao juízo analisar, nos casos concretos, a pertinência da prioridade, considerando o conteúdo da demanda, a saúde da mãe e da criança e outros fatores relevantes.

O Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) deverá dispor de campo específico para identificação da situação. A anotação poderá ser feita já no ajuizamento da ação ou em qualquer fase do processo, por determinação judicial.

Fonte: TST

**Brasília-DF, 04 de setembro de 2025**

Governo Lula avalia novas regras para compras com vale-refeição e alimentação

Assunto foi tema de reunião de Lula com ministros no Palácio do Planalto



A reformulação visa beneficiar trabalhadores e estabelecimentos comerciais. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O Governo Federal discute uma reformulação das regras dos benefícios de vale-refeição e alimentação. O tema, em debate há mais de dois anos, ganhou urgência e foi pauta de uma recente reunião no Palácio do Planalto, do presidente Lula com os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil) e Luiz Marinho (Trabalho). Entenda na TVT News.

As principais medidas em estudo visam beneficiar tanto os trabalhadores quanto os estabelecimentos comerciais. A intenção é combater práticas de mercado que, na visão do governo, encarecem o acesso à alimentação e desestimulam o uso dos benefícios.

Teto para taxas e repasse mais rápido

Uma das propostas em análise é a limitação das taxas cobradas pelas empresas operadoras dos vales. A ideia é fixar um teto de cerca de 3,5%, uma vez que algumas operadoras chegam a cobrar mais de 5%. Para o governo, as taxas elevadas desestimulam muitos estabelecimentos, especialmente os pequenos, a aceitarem esses cartões.

Outro ponto crucial é a redução do tempo de repasse dos valores aos comerciantes. Atualmente, os prazos de pagamento podem se estender por até 60 dias, gerando insatisfação e prejudicando o fluxo de caixa de restaurantes e supermercadistas. O governo considera que um período de repasse mais curto é fundamental para o setor. As informações são do g1.

Portabilidade e fim de descontos

A portabilidade do cartão de benefício é um dos pontos principais da reformulação. A medida busca dar ao trabalhador a liberdade de trocar de operadora sem custos adicionais, incentivando a concorrência no

mercado e, conseqüentemente, reduzindo as taxas cobradas dos estabelecimentos.

Embora uma lei aprovada em agosto de 2022 já preveja a portabilidade gratuita, a regulamentação tem enfrentado resistência. Empresas interessadas em entrar no setor argumentam que as normas atuais criam barreiras que dificultam a concorrência.

Além disso, o governo também mira o fim dos descontos na contratação de empresas de vale-alimentação, tanto os regidos pela CLT quanto os do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). No passado, empregadores podiam adquirir vales com desconto, uma prática que as empresas de tíquetes compensavam com taxas mais altas para os comerciantes.

O Ministério do Trabalho publicou uma portaria em outubro do ano anterior para coibir essa conduta, por entender que ela eleva o custo final da alimentação para os trabalhadores. Apesar da proibição, relatos de redes varejistas indicam que as taxas elevadas ainda são um problema recorrente.

Fonte: TVTNews

Mês de Conscientização e Prevenção ao Suicídio

A vida é a melhor escolha.

setembro amarelo

A vida é um presente, e este mês nos lembra de valorizar cada momento e oferecer uma mão amiga a quem precisa.

**Busque ajuda!
Ligue: 188**

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI